

VIDA NO CAMPUS
Ufrgs vai à praia para
garantir recuperação de
animais marítimos

**Impresso
Especial**

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

///CORREIOS///

ADverso

Nº 144 - Novembro/2006



UNIVERSIDADE EM DEBATE

Ciclo de palestras promovido pela Adufrgs coloca novamente em pauta o projeto de lei da Reforma Universitária, detalha as propostas de alteração na carreira docente e reacende a polêmica sobre as cotas raciais.

SEGURIDADE SOCIAL

A defesa da preservação dos direitos adquiridos pelo professores no ato de aposentadoria é o primeiro tema a ser tratado na nova seção.

Aposentadoria e seguridade social têm cadeira cativa na revista Adverso

A partir desta edição, está no papel a seção **Seguridade Social**.

Participe enviando sugestão de pautas e questionamentos.

ADufrgs
Seção Sindical da ANDES-SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical da Andes-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Diretoria
Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
1º vice-presidente: Cláudio Scherer
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann
1ª secretária: Zuleika Carreta Corrêa da Silva
2º secretário: Mauro Silveira de Castro
1º tesoureiro: José Carlos Freitas Lemos
2º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva
1ª suplente: Regina Rigatto Witt
2ª suplente: João Vicente Silva Souza

ADverso

Publicação mensal impressa
em papel *Reciclato* 75 gramas
Tiragem: 4.500 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Veraz Comunicação Ltda
Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)

Reportagem: Maricélia Pinheiro,
Clarissa Pont e Zaira Machado (RJP 7812)
Fotos: Clarissa Pont
Ilustrações: Telmo Guerreiro
Projeto gráfico e diagramação: Fabrícia Osanai
Fotos da capa: Clarissa Pont

4. Manifesto de Solidariedade a Emir Sader

5. Entrevista

MARILENA CHAUÍ

"A esquerda precisa criar mídias e formas alternativas de comunicação"



Clarissa Pont

10. Seguridade Social 10º Enapo

12. Vida no Campus

14. Central

ADUFRGS DEBATE A UNIVERSIDADE

Reforma Universitária, Carreira e Ações Afirmativas entraram mais uma vez na pauta de discussões durante ciclo de palestras promovido pela Adufrgs.

16. Prestação de Contas

17. Artigo

PEQUENAS TRAPAÇAS

por Thomaz Wood Jr.

As falcatruas dos estudantes dos MBAs dos Estados Unidos

18. Carreira

Gil Vicente Reis de Figueiredo, presidente do Proifes, fala sobre as negociações com o MEC

19. Jardins Temáticos

22. Navegue

23. Orelha

24. Hipermídia

CENTENÁRIO DO 14-BIS

A ousadia que deu asas ao mundo

26. Observatório

27. A História de Quem Faz

O direito à liberdade de expressão

A condenação do filósofo, professor universitário e colunista Emir Sader, mobilizou a sociedade civil latino-americana no início de novembro. Rapidamente surgiu uma corrente de solidariedade, com direito a abaixo-assinado e várias outras formas de protesto. A imprensa convencional não noticiou o fato. Ou se o fez, foi de uma maneira sutil, superficial, limitando-se a transmitir a informação, omitindo a indignação de boa parte da sociedade brasileira. Aí entramos na discussão sobre a necessidade da construção de uma imprensa alternativa, independente e forte, capaz de fazer frente à mídia empresarial e comprometida, que sequer pode ser considerada nacional, pois representará um "ramo brasileiro de um oligopólio planetário", como define Marilena Chauí em entrevista nesta edição. A filósofa analisa ainda o comportamento da imprensa no período pré-eleitoral, fala de cotas raciais e defende o Prouni, sob o argumento de que este não veio para tirar arrecadação do governo, mas sim para fazer com que as universidades privadas que já eram isentas cumprissem a sua parte no trato: isenção em troca de bolsas de estudos para alunos carentes.

Independente das divergências que se possa ter com quem quer que seja, somos intransigentes na defesa do direito de livre expressão e da pluralidade das idéias. Este é o pensamento da Diretoria da Adufrgs quando se solidariza com o professor Sader e quando publica entrevista com a professora Chauí, que defende questões tão polêmicas como cotas e o Prouni, propostas que dividem o Movimento Docente e que merecem mais debate. Foi por esta razão que a Adufrgs realizou o "Ciclo Adufrgs debate a Universidade", que trouxe de volta à discussão a Reforma Universitária, a carreira docente e as políticas de ações afirmativas. A polêmica é importante e o debate tem que continuar.

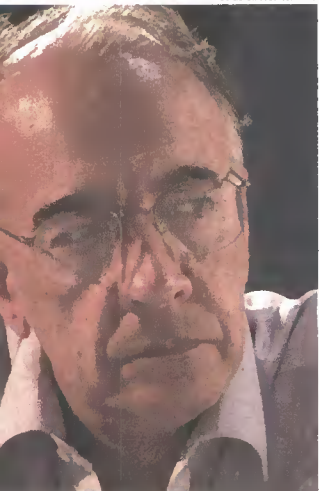
Os Jardins Temáticos instalados nos *campi* da Ufrgs, o centenário do primeiro voo, o reconhecido trabalho do Ceclimar na captura e recuperação de animais silvestres debilitados e as falcatruas praticadas por alunos dos MBAs também estão nesta edição.

Mas a grande novidade é o espaço que os assuntos relativos à seguridade social e à aposentadoria ganham a partir de agora. A seção "Seguridade Social" será permanente e a cada edição trabalharemos para levar o máximo de informações ao leitor, principalmente aos colegas aposentados que estão mais distantes da Adufrgs e que tanto necessitam dela. Cada vez mais a Adufrgs procura incrementar as formas de comunicação com seus associados. Está entrando no ar a nova página eletrônica, que disponibilizará inclusive o programa "Adufrgs no Ar", da Rádio Universitária. Passo a passo a Adufrgs estará mais próxima daqueles que são sua razão de existir: os professores da Ufrgs.

CASO EMIR SADER

A reação da sociedade e os equívocos da Justiça

Cristina Lima



Em entrevista à Carta Maior, Emir Sader afirmou que as reações geradas pela condenação reafirmam que “há setores da Justiça engajados com o Estado de Direito, com a liberdade de expressão e com a autonomia universitária”.

No final de outubro, o filósofo Emir Sader, um dos atuais ícones da esquerda brasileira, foi condenado a um ano de detenção em regime aberto, conversível à prestação de serviços à comunidade, e à perda de seu cargo de professor na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O crime: ter tratado o senador Jorge Bornhausen (PFL/SC) como “racista” em um artigo publicado na agência Carta Maior em agosto do ano passado. Uma declaração do próprio senador à imprensa na época, em que dizia estar “encantado” com a crise política porque ficariam “livres dessa raça pelos próximos 30 anos”, motivou Sader a usar o censurado adjetivo.

Menos de 48 horas após a divulgação da sentença, formou-se uma rede de solidariedade em toda a América Latina, que foi se agigantando com o passar dos dias. Até o fechamento desta edição, mais de 12 mil pessoas haviam assinado o manifesto de solidariedade a Emir Sader, entre elas intelectuais, artistas, personalidades e ativistas, e até os próprios companheiros de partido do senador. O presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Júlio Garcia (PFL), deu o voto decisivo para aprovar uma moção de repúdio à sentença do juiz Rodrigo César Muller Valente, da 11ª Vara Criminal de São Paulo.

A moção, que define Emir Sader como um intelectual “reconhecido nacional e internacionalmente na luta que empreende na defesa dos direitos humanos e na construção de uma sociedade justa e igualitária”, seria encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Tribunal de

Justiça de São Paulo (TJ-SP). O texto manifesta ainda “indignação perante a exagerada e desproporcional decisão tomada pelo juiz, a qual constitui uma afronta ao princípio da liberdade de expressão”.

Dias depois da condenação, o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Renato Eugênio de Freitas Peres, entrou com recurso pedindo anulação da sentença, sob o argumento de que há incongruência, inadequação e inconsistência na decisão.

No texto, Peres começa dizendo que esta sentença destoa completamente de outras, inclusive de algumas relativas a acusações muito mais graves, como tráfico de entorpecentes, furtos qualificados, entre outros crimes. O promotor ainda questiona: “Como pode agora um professor universitário ser condenado por expressão de opinião?”

O parecer do Ministério Público aponta uma série de erros cometidos pelos acusadores e pelo próprio juiz, como o fato de não ter havido oportunidade de retratação, de acordo com a Lei de Imprensa, que foi o instrumento da condenação. Também não houve chance de reconciliação entre as partes e sequer intimaram as testemunhas de defesa. Enfim, uma série de equívocos que, de acordo com a promotoria, justifica o recurso. Além dos erros processuais, o parecer vai mais além e questiona o caráter ideológico do caso. Ou seja, o professor teria cometido crime de injúria ao chamar o senador de “racista”, mas este, ao usar a expressão “a gente vai se ver livre desta raça”, não ofendeu ninguém.

NOTA DE SOLIDARIEDADE A EMIR SADER

Conforme tem sido amplamente noticiado, o Prof. Emir Sader, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), foi condenado judicialmente em face de comentários dirigidos ao senador Jorge Bornhausen. A condenação, por sentença da 1ª instância, prevê pena superior a 1 ano, o que implica na perda de cargo público de professor que detém junto à UERJ.

A ADUFRGS, entidade representativa dos docentes da UFRGS, sente-se atingida também por esta sentença que atenta violentamente contra a liberdade de pensamento e da cátedra,

indispensável ao livre exercício das funções docentes, sem as quais torna-se impossível o estado democrático de direito. Por esta razão estamos manifestando nossa integral solidariedade ao colega Emir Sader, esperando pelo deferimento da solicitação feita pelo Ministério Público, ao efeito de anulação da absurda sentença condenatória que atenta contra os sagrados princípios da liberdade da cátedra; sempre respeitados em nosso País, em nome dos quais manifestamos esta solidariedade.

Diretoria da ADUFRGS

Jantar de Confraternização
da Adufrgs

17 de dezembro, domingo, 19h30 [R\$12,00]

Salão Panorâmico da AABB [Av. Coronel Marcos, 1000, Ipanema]

MARILENA CHAUÍ

“A ESQUERDA PRECISA CRIAR MÍDIAS E FORMAS ALTERNATIVAS DE COMUNICAÇÃO”

Professora de filosofia política e história da filosofia moderna na Universidade de São Paulo, Marilena Chauí não dá entrevistas. Pelo menos para a grande mídia, que ela critica com bom humor e ironia fina. Em recente visita a Porto Alegre, a professora, que se esforça em tirar a discussão filosófica do círculo elitista da academia, reuniu jornalistas da imprensa alternativa e sindical para algo que foi uma mistura de aula, entrevista e conversa. Criticou a grande imprensa e o que chamou de “irresponsáveis” do PT, analisou profundamente as políticas educacionais do Governo Lula e deixou uma certeza: a reflexão e a participação de pessoas como ela no debate público são fundamentais.

por Clarissa Pont

[Adverso] Segundo o Observatório Brasileiro de Mídia, na semana que antecedeu o primeiro turno, os cinco principais jornais do País publicaram 257 matérias prejudiciais a Lula e 17 a Alckmin. Amorim chamou de Golpe de Estado o fato da imprensa ter divulgado material sigiloso no caso da compra do dossiê, sem sequer questionar o conteúdo de tal documento. Qual debate sobre ética na mídia pode ser feito em cima destes fatos? A condição de Lula como presidente pode justificar, em parte, um maior número de ataques da imprensa?

[Marilena Chauí] Os ataques da mídia ao Lula começaram no dia 2 de janeiro de 2003. Meu marido é historiador, nós colecionamos os principais jornais e revistas. Eu não prestei muita atenção em rádio e televisão, mas o que estava nos jornais gera uma mídia, até porque eles repercutem. Eu nunca, em toda minha vida, vi uma coisa igual. Durante quatro anos, o bombardeio a que o presidente da república e o governo foram submetidos pela mídia. Sobretudo pelo seguinte: raras vezes era algum ataque a uma ação governamental, os ataques eram dirigidos à pessoa do presidente e às pessoas dos ministros. Ataques pessoais e, no caso do presidente, eram ataques onde o preconceito de classe

Fotos Clarissa Pont



era absolutamente nítido. Um líder metalúrgico que só tem o curso primário e não tem competência para governar. Isso aparece em todos os artigos e entrevistas dos tucanos. O eleitorado de Lula é o eleitorado dos três “pês”: pretos, pardos e pobres. Além disso, a afirmação de que ele tem um eleitorado dos não instruídos. Uma jornalista da Globo escreveu que estava ocorrendo um fenômeno muito interessante, muito curioso e muito preocupante no Brasil: o fato de que o povo estava contra a opinião pública. Aí, a opinião pública é a propriedade de um conjunto de intelectuais, de jornalistas, de empresários detentores da verdade sobre a realidade social e política.

Parece mais assustador o volume das matérias por causa do

período eleitoral e porque você faz uma comparação do que é escrito sobre um candidato e outro. Mas, se esquecer o período eleitoral e o elemento comparativo, o comportamento da mídia durante esses quatro anos segue sendo assustador. É a luta de classes no seu sentido marxista. Você tem um conjunto de senhores do poder, do capital, senhores da burguesia contra um governo que, do ponto de vista da própria esquerda, deixa muito a desejar. Não é o governo dos nossos sonhos. E, no entanto, do ponto de vista da direita e do centro, é mais do que o povo brasileiro merece. Porque para eles o povo brasileiro, esse que é contra a opinião pública, fica muito bem sem escola, sem habitação, sem saúde e sem coisa nenhuma. Além disso, há mais dois elementos importantes. Um deles foi analisado pelo **Wanderley Guilherme**

dos Santos foi considerado, em 2005, um dos cinco mais importantes cientistas políticos da América Latina pela Universidade Autônoma Nacional do México. Ele é carioca, graduado em filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professor visitante no Departamento de Ciência Política na Universidade de Wisconsin (1974) e doutorou-se em Stanford (1980). Hoje é professor aposentado de teoria política da UFRJ, fundador do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

em um artigo que ele publicou no Jornal do Brasil e que está reproduzido no livro que a Fundação Perseu Abramo publicou. Wanderley mostra que, embora a mídia falasse em crise (e eu me lembro do Arnaldo Jabor dizendo que estávamos às vésperas de um novo 31 de março. A Lourdes Sola, economista tucana, em debates na televisão propondo um governo de transição e convocando novas eleições), a coisa não era bem assim. O Wanderley diz: vamos analisar como está o País. A economia está andando, não existe nenhuma crise econômica. Vamos olhar o

campo social, não há crise no campo social. Então, será que há uma crise política? Não. Haveria uma crise política se a Constituição estivesse ameaçada. Então, o que é essa crise? É o fato de que o PFL e o PSDB não admitiram a eleição do Lula, não suportam a idéia do PT no governo. E aí você tem o simulacro da crise, que foi inteirinha midiática.

Vamos analisar pra valer o Roberto Jéferson. O que ele queria era criar uma situação aparente de crise para justificar a privatização dos Correios. O mesmo que fizeram quando privatizaram o Banespa, em São Paulo. Ninguém nunca analisou que a aparição do Roberto Jéferson e toda a agressão dele ao José Dirceu se dirigiam ao problema da privatização dos Correios. A segunda coisa que não foi analisada é que a CPI dos Bingos é uma piada. A Comissão se ocupou de todos os assuntos na República desde 1980, qualquer assunto fazia parte da CPI dos Bingos. Isso não é sério. Mas o que está atrás da CPI dos Bingos? A questão do **Opportunity** e do papel do **Daniel Dantas** com esse banco, que

O Banco Opportunity é um banco brasileiro de propriedade de Daniel Dantas. Em 1997, Daniel foi escolhido pelo Citibank para gerir os recursos do gigante americano que seriam aplicados no processo de privatização de estatais brasileiras, na área de telecomunicações. Daniel engendrou uma estrutura societária que acomodava certos fundos de pensão brasileiros e do Citibank, bem como do próprio Opportunity, e foi com este grupo que arrematou a Tele Norte-Leste (atual Brasil Telecom), bem como a Telemig e a Amazônia Celular, no leilão de privatização em 1997. Por força das leis que regiam tal processo, os fundos de pensão não poderiam participar diretamente da administração, que deixaram a cargo do Opportunity. Seus desdobramentos transbordaram a esfera comercial, envolveram a imprensa, o governo e o poder judiciário, e deram origem a inúmeras acusações de corrupção contra autoridades públicas. Recentemente, Daniel foi convidado a falar em Comissão Parlamentar de Inquérito e na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. O Partido dos Trabalhadores exigiu a sua inclusão na lista de sugestões para indiciamento por parte do Ministério Público.

“As cotas não são uma concessão do Estado, são uma conquista da sociedade brasileira e dos movimentos sociais”

Leituras da Crise, livro da fundação Perseu Abramo, reúne quatro reflexões profundas e agudas sobre as relações entre a crise política e ética das instituições brasileiras e o futuro do PT. O texto citado por Chauí de Wanderley Guilherme dos Santos chama-se “O grande jogo impugnatório”. O livro pode ser comprado no endereço eletrônico www.fpa.org.br.

31 de março de 1964, data do Golpe Militar no Brasil.

vai estar ligado ao Valerioduto. Nada disso aparece. Como é que a mídia produz o espetáculo? Da forma mais perfeita possível. Ela não permite em momento algum que as questões que subjazem a argumentação política possam aparecer. Até hoje ninguém sabe por que o Roberto Jéferson criou aquele caso. Ou por que a CPI dos Bingos foi levada daquela maneira? Por que o conteúdo das CPIs não pode ser explicitado? Porque, na verdade, era um teatro com uma só finalidade: produzir o *impeachment*. E é o que eles vão tentar fazer agora, o Lula é eleito e eles vão tentar pela via jurídica, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) impugnar. É isso que o Jorge Bornhausen (PFL) e o José Agripino (PFL) estão fazendo. Para resumir a questão, eu acho que não há como produzir uma mudança na posição da mídia.

Vamos pegar a concessão máxima que esse governo fez a essa mídia, a questão da TV digital. Nós temos que sentar com o Governo e discutir a TV digital. O PT, em todas as regiões do País e em todas as áreas tecnológicas, tem propostas geniais para a TV digital. Nada disso foi escutado, nada disso foi levado a sério. Faz-se uma concessão que beneficia essa mídia que está aí. E, mesmo assim, a mídia se comporta como se comportou. Não adianta ir ao ataque frontal, não adianta a tentativa de negociação. Não adianta nem fazer uma concessão dessas, você perde. A única solução é uma mídia alternativa que o Governo não tem e precisa criar. Nós da esquerda precisamos criar. Temos a nossa mídia, os pequenos jornais, as pequenas revistas, o trabalho mais

Devido à imensa polêmica que se criou em torno do caso, de acordo com jornalistas como Josias de Souza, Miriam Leitão e Mino Carta, Daniel Dantas “está envolvido em onze entre dez escândalos” no Brasil.



“Do ponto de vista simbólico e da cultura política, as cotas fazem com que um espaço, que a classe média e a burguesia sempre julgaram inviolável e privilégio divino delas, seja ocupado pelas classes populares”

ou menos fragmentado na internet. Nós temos tudo isso, mas nós precisamos de um ponto no qual nos identifiquemos como sendo o lugar onde as nossas informações são produzidas e a partir de onde elas circulam. Em resumo, nada a fazer em relação ao comportamento da mídia. Pode-se fazer o que eu tenho feito, que é a crítica. Eu recuso a me relacionar com a mídia, eu não dou entrevistas, não vou às rádios, às televisões, aos jornais. A minha liberdade determina que eu não faça isso e que eles não são meus soberanos. Eles podem ter o império que quiserem, sobre mim eles não têm. Vai desde a revolta individual, como é o meu caso, até uma atitude mais coletiva de revolta. O Brizola fez uma coisa incrível quando foi candidato ao governo do Rio de Janeiro. A Globo começou a apresentar o resultado da apuração antes do fechamento das urnas. Isso para provar que o Brizola estava perdendo. Ele invadiu com o povo a Globo, foi ao ar, denunciou através da própria televisão ao TSE o que estava acontecendo e ganhou a causa. Forçou, naquele tempo, aquele menino com a cabeleira branca, como é que ele chama?

[Adverso] Cid Moreira...

[Marilena Chauí] Cid Moreira! Ele foi obrigado a ler o texto da Rede Globo se retratando e o povo na rua gritava: “O povo não é bobó, fora Rede Globo”. Você pode ter momentos heróicos, momentos exemplares, formas individuais de recusa e revolta. Nós temos que nos organizar se quisermos uma mídia decente.

[Adverso] *Quais diferenças podem ser traçadas entre a educação no Governo FHC e no Governo Lula? Qual a opinião da senhora sobre ações afirmativas, como as cotas nas universidades, por exemplo? E sobre o Prouni?*

[Marilena Chauí] Eu acho que, para entender o procedimento do Governo FHC com a educação, é bom a gente lembrar a fundamentação que foi dada para a reforma administrativa de Estado que eles realizaram. Além de redesenharem a estrutura do Estado, definiram um conjunto de direitos como serviços. E consideraram que eram serviços alguns direitos que o Estado exclusivamente poderia realizar e outros que o Estado ou as empresas privadas poderiam realizar. Entre os direitos transformados em

serviços que as empresas privadas poderiam realizar, foram colocadas a educação e a saúde. Foi a privatização, no sentido profundo da palavra, da educação e da saúde, feita através de uma reforma institucional. Não foi a venda disso ou a venda daquilo, mas a redefinição do lugar dos direitos na política tucana. A educação e a saúde deixam de ser direitos, perdem a universalidade da sua existência e a necessidade de serem oferecidos, conservados e garantidos pelo Estado. Ao mesmo tempo, são conectados à lógica do mercado. A primeira diferença que eu vejo, entre o governo Lula e o FHC, é o esforço do primeiro em repor a educação como direito da cidadania, não como serviço. Portanto, todo um trabalho no sentido de desfazer a privatização da educação no seu núcleo básico que é a sua definição. Depois, por causa das ações na sua particularidade.

Uma primeira ação é o Prouni. Eu tenho ouvido críticas vindas particularmente dos estudantes, depois vindas do PSOL e do PSTU, de que o Prouni é o **Proer Programa de Estímulo à Reestruturação e ao** da educação superior. Eu gostaria de **Sistema Financeiro Nacional** dar um esclarecimento a vocês: quando eu cheguei no Conselho de Educação, recebi horrores de processos para avaliar. Muitos de empresas privadas de educação. O processo vinha e estava escrito assim: a instituição X, da mantenedora Y, a qual é uma instituição sem fins lucrativos. Peraí! Estão brincando comigo dizendo que a Unip (Universidade Paulista) não tem fins lucrativos. E assim são várias instituições, todas elas estão inscritas juridicamente como sem fins lucrativos. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) garante a essas instituições isenção de quase todos os impostos. Por isso, o governo não anistiou essas instituições, não as isentou de impostos, não fez com que os impostos devidos fossem transformados em bolsas. Então o governo disse: bom, já que está declarado aqui que vocês não têm fins lucrativos, nós vamos examinar quais são as obrigações de entidades assim. E uma delas é o atendimento à população. Eles foram para a Câmara Federal, foram para o Senado, fizeram reuniões no Conselho, invadiram o MEC, porque é óbvio que eles não queriam isso. E o governo ter mantido esta decisão foi uma coisa gigantesca.

Outro ponto é a Universidade Federal. Vocês sabem que eu escrevi, lutei com muitos contra a transformação da universidade pública brasileira na universidade operacional, produtivista, desligada da formação e da pesquisa, destruída fisicamente e academicamente, reduzida a uma sombra e substituída no campo da pesquisa por institutos privados financiados com dinheiro público. Ora, entre os elementos importantes desta batalha estavam dois temas: a ampliação da rede nacional de universidades públicas e a

“A mídia produz o espetáculo da forma mais perfeita possível. Ela não permite, em momento algum, que as questões que subjazem a argumentação política possam aparecer”

sua redefinição acadêmica, financeira e funcional. Muito do que foi objeto de luta, de campanha, de suor e sangue, foi conseguido nesse governo. O reconhecimento da importância da universidade pública, a ampliação da rede, a criação dos cargos, a abertura dos concursos e o financiamento de bibliotecas e laboratórios mostram que há uma recuperação da educação como direito.

O terceiro elemento sobre o qual quero falar, são as cotas. Na primeira vez que se levantou a questão das cotas, eu tive muita dúvida. Será que sim? Será que não? Que problemas nós vamos criar a partir disso? Eu gostaria de dizer para vocês porque eu mudei de opinião e sou inteiramente a favor das cotas. Vou começar com uma coisa que parece uma anedota, contar um caso. Eu tenho uma cunhada que eu chamo de mauricinha, não de patricinha. Ela é da Opus Dei. Nós praticamente não nos freqüentamos. Mas um dia ela apareceu na minha casa muito preocupada. “Marilena, eu vim porque você precisa falar com o Presidente da República”, disse ela. E eu nunca conversei com o Lula, depois que ele se elegeu, eu nunca fui lá. “Mas essa é uma coisa que você precisa dizer, é gravíssimo o que está acontecendo”, ela continuou. E eu perguntava, sim, o que é? “Você não pode imaginar, está sendo feita uma medida aí de incentivo ao racismo”, ela respondeu. E eu disse, não diga? “Veja, Marilena, uma família como a nossa, que trabalha, se esforça...”. Ela não trabalha. “Economiza”, ela continuou, “põe os filhos nas melhores escolas. Aí, quando chega a hora dele ir pra universidade, eles não vão poder entrar. Você sabia?” E eu disse, como? Por que, não vai ter mais universidade pública? “Não, as vagas vão ser ocupadas pelos negros pobres!” Aí, depois que a minha cunhada disse isso, eu fiquei a favor das cotas. Se a minha cunhada é contra, é porque a medida é boa. Lógico que essa é a parte cômica da minha adesão às cotas. Agora, para valer, sou a favor, em primeiro lugar, porque as cotas não são uma concessão do Estado, são uma conquista da sociedade brasileira e dos movimentos sociais. Esse é um dado muito importante na história dos movimentos sociais. As cotas exprimem um momento de cidadania, de participação política dos movimentos. Em segundo, porque do ponto de vista simbólico e da cultura política, as cotas fazem com que um espaço, que a classe média e a burguesia sempre julgaram inviolável e privilégio divino delas, seja ocupado pelas classes populares. Simbolicamente, isso muda a política do País.

Eu diria que estes três pontos sinalizam a diferença entre um governo petista e um governo tucano. Não aconteceu tudo que a gente queria na educação. Muito do que se fez, não foi feito como a gente queria. Existem problemas e defeitos e tem muita crítica a fazer. A diferença entre um cidadão da esquerda democrática e um



liberal que seja democrático é clara. Pro liberal, a tarefa como cidadão começa e termina no ato de votar. Você escolhe um programa que vai ser executado por um grupo de técnicos-administradores. E você fica como expectador dizendo se está bom ou ruim. Numa perspectiva de esquerda, o momento do voto é um instante da existência como cidadão. Há mil e uma formas de participação e é preciso participar, fazer a crítica, exigir. Ao mesmo tempo, acho que o divisor de águas é claro entre uma compreensão da educação como serviço e uma compreensão da educação como direito.

|Adverso| Defende-se que direitos como educação e saúde sejam estatais. Fazendo uma analogia na área das comunicações, um modelo de comunicação mais democrático para o Brasil, na tua opinião, passa também pela estatização dos meios de comunicação?

|Marilena Chauí| Passaria, mas isso é impensável, pelo seguinte: a educação e a saúde, onde efetivamente o poderio do capital pode até ser integral, possuem certas proteções específicas que impedem que você as reduza integralmente a uma questão de mercado. Este não é o caso da comunicação. A comunicação é o coração de uma sociedade democrática, porque se não houver informação, circulação de informação e direito de eu produzir a informação, não houver o direito de pensamento e de expressão, de uma verdadeira opinião pública e conflitos que se expressem através da própria informação, não há democracia. A democracia só existe se você afirma que, do ponto de vista político, todos os cidadãos são competentes, porque a política não é uma técnica. A política é uma ação social, uma ação histórica e não uma técnica de competentes. A política como uma técnica de competentes é a ideologia neoliberal. Na medida que os cidadãos são politicamente competentes numa democracia, eles só poderão exercer sua competência política se estiverem informados. Ocorre que hoje a comunicação se tornou, por um lado, uma questão totalmente tecnológica e, por outro, o conhecimento se tornou uma força produtiva do capital e a informação se tornou uma força econômica e de poder. Do ponto de vista da realização técnica e do ponto de vista dos interesses econômicos e políticos envolvidos, a comunicação tende ao oligopólio, em certos casos quase ao monopólio. Pequenos conglomerados que abarcam o planeta e

Fotos Clarissa Pont

www.sinpro-rs.org.br



“Você tem um conjunto de senhores do poder contra um governo que, para a esquerda deixa muito a desejar, mas para a direita e para o centro é mais do que o povo brasileiro merece”

que usam uma pluralidade de veículos para comunicação, que possuem o domínio sobre a multimídia.

A estatização da comunicação implicaria um investimento de recursos gigantesco, deixando outras áreas de lado. A TV digital é uma alternativa importante que não passa pela estatização, mas passa pela democratização da comunicação. No Brasil, existe uma rede estatal de comunicação que são as TVs educativas, a Radiobrás. Só que, do ponto de vista tecnológico, elas estão tão atrás das empresas privadas que, por mais que um trabalho interessantíssimo seja feito nelas, isso é mínimo comparado com o poderio das grandes redes. Sobre tudo porque essas redes não são nacionais. Se fossem nacionais, a gente poderia dizer não estatiza, mas nacionaliza de verdade e faz um controle. Só que elas são o ramo brasileiro de um oligopólio planetário. Por exemplo, eu acho que o **Eugênio Bucci** fez um trabalho fantástico na Radiobrás, a Agência Brasil

Eugênio Bucci – jornalista ex-Abril, Folha de S.Paulo, Jornal do Brasil e Estadão – abraçou uma difícil missão: dirigir uma agência de notícias, quatro emissoras de rádio e uma de TV, além de comandar cerca de 1.300 profissionais, todos funcionários do governo, sem manter uma linha editorial chapa-branca.

O sistema Radiobrás é composto por quatro rádios e duas emissoras de televisão. Toda a produção de notícias para os veículos é realizada pela Agência Brasil. O endereço é www.radiobras.gov.br.

tem um trabalho interessantíssimo. Temos que criar mídias alternativas e formas alternativas da nossa comunicação. Eu posso estar completamente enganada, posso estar fazendo uma análise errada. Pessoas que conheçam muito mais tecnologia da comunicação e economia podem dizer “não Marilena, está tudo errado, é possível estatizar”. Eu, vindo de fora, não acho que tenha como.

to mais tecnologia da comunicação e economia podem dizer “não Marilena, está tudo errado, é possível estatizar”. Eu, vindo de fora, não acho que tenha como.

[Adverso] Tendo em vista tudo isso, como a esquerda pode criar uma alternativa de mídia?

[Marilena Chauí] Estabelecer canais efetivos de comunicação e subsidiar essa mídia comunitária alternativa. A capilarização pelo País inteiro dessa estrutura alternativa, e isso nós temos que exigir aos berros. Foi uma abominação o que fizeram com o governo, com o PT, o que fizeram conosco. O que eu apanhei... Apanhei merecida e imerecidamente. E eu acho que a gente sabe porque a mídia

falhou. Insisti muito em dizer que concordo com o Wanderley Guilherme quando ele diz que não houve efetivamente uma crise no País, houve o simulacro da crise produzido pela mídia e pelo modo como o Legislativo se comportou. Essa tática só teria funcionado se, do ponto de vista da vida concreta das pessoas, nada tivesse acontecido. Ocorre que do lado dos banqueiros, a economia ia muito bem, obrigado. Do lado da política internacional, a posição do Brasil era soberana, independente. Todos os programas sociais que se realizaram. O MST fez uma coisa maravilhosa: foi lá e invadiu o Congresso e manteve as críticas ferozes às limitações do governo com a reforma agrária, embora seguisse solidário com o mesmo. O Paul Singer diz que os programas para as microempresas e as cooperativas constituem a primeira etapa da reforma tributária e da distribuição de renda no Brasil. O que a sociedade teve? O que as classes populares tiveram?

Um governo que, pela primeira vez, considerou que essas classes são as principais protagonistas. Isso que decidiu a eleição. Isso e toda a profunda ajuda da inteligência, da capacidade, da competência das direções petistas

paulistas. Olha que para dar tiro no pé, para ser imbecil e delinquente, é só chamar São Paulo. Nós somos imbatíveis. Afora nossa contribuição para o desastre, ocorreu que as classes populares, a classe trabalhadora, as mulheres se reconheceram no governo.

E quando se diz que o governo Lula é populista e messiânico, há dois erros aí. Ele seria messiânico, se dissesse que daqui há não sei quantos anos daria isso e mais isso. A salvação virá. E um governo só é populista quando o líder, carismático, não pertence à mesma classe social que os governados, vem de uma classe social dominante, tem uma posição de transcendência da sociedade, paira acima e fora dela e pronuncia um discurso para o social, dizendo o que a sociedade é e como ela deve ser. Ora, temos um governante que pertence à mesma classe social que seus governados, que não dá uma lição contínua do que é a sociedade e do que é a política, que não pretende dirigí-los ou salvá-los. Pretende simplesmente garantir alguns direitos. Então, não há a forma populista, nem a forma messiânica. Há um governo democrático. Só isso. Um governo democrático que estourou a boca da mídia.

O 10º Encontro Nacional das Associações de Aposentados e Pensionistas (Enapo) aconteceu entre 4 e 6 de setembro em Salvador. Antecedendo este Encontro, foi realizada, no mesmo local, a reunião nacional do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap). Como representantes da Adufrgs, estiveram presentes as professoras Maria Luiza Ambros von Holleben e Sonia Stangherlini Scornavacca do Grupo de Trabalho Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), que relatam aqui as principais decisões destes encontros.

10º Enapo

Foi decidido em reunião do GTSSA da Adufrgs, realizada em 30 de agosto, que as representantes no 10º Enapo dessem ênfase aos seguintes pontos: exigir o cumprimento das leis de proteção ao aposentado e o respeito aos seus direitos constitucionais e humanos universais, e sugerir que os idosos, aposentados ou não, reflitam sobre o seu presente e o futuro na atual conjuntura social, política e econômica.

Com este propósito, além de denunciarmos as perdas, para os professores aposentados, de vantagens como as decorrentes da interpretação do Art.192 da Lei 8112/90 ante a criação da classe do professor associado e da URP, conquistada por ações transitadas em julgado, conclamamos pela luta em defesa da paridade de proventos e benefícios com vencimentos e direitos dos servidores da ativa e pela adesão à luta contra a tributação para a Previdência Social, pelos aposentados. Também priorizamos o respeito à norma constitucional e o resgate da dignidade da pessoa idosa, efetivada por políticas públicas que realmente cumpram o que foi conquistado ao longo das lutas para o estabe-

lecimento do estado democrático.

No decorrer dos trabalhos houve discussões sobre o impacto causado pelas Medidas Provisórias, pela criação de novas carreiras e suas implicações nos servidores ativos e inativos. Também foram debatidos os aspectos legais e práticos dos idosos como diferencial na inclusão social, bem como os seus direitos efetivados no financiamento e orçamento públicos.

Na discussão sobre as vias utilizadas na defesa do servidor público, a jurídica recebeu destaque quando da "rede de proteção" social presente na assistência social ao idoso, tendo ficado claro as dificuldades em tornar realidade o que está preconizado na legislação. A via da negociação, quando lideranças contrapõem propostas às apresentadas pelo governo, destacou-se nos debates envolvendo as orga-

nizações que tratam da saúde. As dificuldades em assistir servidores e seus familiares, incluindo dependentes como netos e nova família, foram exemplificadas. Resaltou-se ainda que a realidade vivida pelo idoso lida com o estereótipo do "velho" como "negativo" e que, no momento em que se prioriza nos discursos a superação de exclusões e preconceitos, é necessário resgatar a dignidade da última idade. Desta discussão surgiu o questionamento se não seria o respeito ao momento histórico do ato de aposentação uma forma concreta de demonstrar esta inclusão social.

No final do Encontro foi escrita a Carta da Bahia, cujo texto está disponível na íntegra no www.adufrgs.org.br, seção Documentos/Adufrgs.

EM DEFESA DA

APOSENTADORIA



TELMO

Adufrgs discute com o MEC situação do artigo 192

MOSAP

Às 9 horas do dia 4 de setembro teve início a reunião nacional do Mosap. Nessa reunião, fizemos a denúncia das perdas, para os professores aposentados, de vantagens como as decorrentes da interpretação do Art.192 da Lei 8112/90 ante a criação da classe do professor associado e da URP, conquistada por ações transitadas em julgado. Manifestamos também nosso apoio à denuncia de tributação de 11% para a Previdência Social, pelos aposentados, apresentada pelo Mosap junto à corte internacional da Organização dos Estados Americanos (OEA). Na defesa dos direitos dos aposentados, foi enfatizada a via parlamentar, com a escolha de parlamentares comprometidos com esta luta. Nessa ocasião, a representante da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba falou sobre o Movimento Político de Resgate da Dignidade do Servidor Público, criado naquele estado, que aponta como alternativa "eleger bancada de deputados federais e estaduais para a implementação de políticas públicas que garantam a eficiência do Estado brasileiro, sobretudo nas áreas de educação e saúde". Deste Movimento veio a informação de prejuízos previstos para 2007, como o aumento da alíquota da Previdência para 17%, a transferência de todos os aposentados para o Regime Geral da Previdência e a desvalorização das demais carreiras em relação às Carreiras de Estado.

Com a aprovação da MP 295 (agora convertida em Lei 11.344/06), que instituiu o reajuste e criou classe de professor associado, a vantagem do artigo 192 da Lei 8.112/90 (Regime Jurídico Único), concedida aos aposentados até 1996, pode ser reduzida. Isso porque, de acordo com a Lei, ao se aposentarem, os professores adjuntos passaram a receber um adicional correspondente à diferença entre seu salário e o da classe imediatamente acima, enquanto que os titulares recebiam a diferença entre seu salário e o da classe imediatamente abaixo. A introdução da nova classe de Professor Associado, entre Adjunto e Titular, pode levar ao entendimento de que essa passa a ser a classe de referência, o que implicaria na diminuição dos valores.

Esta situação tem preocupado bastante a Adufrgs e o Proifes, que estiveram reunidos em outubro com a coordenadora geral de Gestão de Pessoas do MEC, Maria do Socorro Mendes Gomes e sua assessoria jurídica, na tentativa de encontrar uma solução. Diante da informação de que o entendimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) aponta para uma redução da referida vantagem, chegou-se ao consenso de que a melhor alternativa é a alteração da Lei, de maneira que sejam assegurados os direitos conquistados por aqueles que se aposentaram no período de vigência do artigo 192. A representante do MEC comprometeu-se a discutir a situação com ambos os Ministérios. O cálculo da diferença prevista no artigo 192 vem sendo interpretado de várias maneiras pelas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). No caso da Ufrgs, até o presente momento os valores não foram alterados.

Acumulação de quintos com artigo 192

A assessoria jurídica detectou, através das inúmeras consultas de docentes, que vários professores aposentados poderiam pedir a revisão de seus proventos, uma vez que no ato da aposentadoria foram informados de que não seria possível acumular a vantagem do artigo 192 e os quintos incorporados, decorrentes de gratificações de função. A assessora jurídica da Adufrgs alerta que esta orientação mudou e que a Ufrgs está corrigindo estas aposentadorias, ou seja, reconhecendo a possibilidade de pagamento de gratificações de funções incorporadas, sem prejuízo do artigo 192. Recomenda-se que os interessados procurem a Pró-Reitoria de Recursos Humanos e, tão logo esteja ajustado o pagamento em folha de pagamento, procurem a assessoria jurídica para tratar da cobrança dos atrasados, trazendo consigo os seguintes documentos: cópia do processo administrativo corrigindo a aposentadoria; cópia simples do último contracheque com a correção; cópia simples de CPF, RG e comprovante de residência.

Planeje seu orçamento

Nos meses de agosto, setembro e outubro de 2006, devido ao pagamento das parcelas retroativas de janeiro a maio, referentes ao último reajuste concedido, o contracheque trouxe valores maiores do que o real. Mas é bom lembrar que, a partir de novembro (salário creditado no segundo dia útil de dezembro), será pago apenas o valor referente ao reajuste, sem acúmulos de atrasados. As informações sobre reajuste dos docentes e contracheque atendem às questões formuladas nas reuniões do GT Assuntos de Aposentadoria e Seguridade Social da Adufrgs.

PROTEÇÃO AMBIENTAL



"Gordo" sofre de catarata. "Ronaldinho" foi encontrado na praia, tentando acordar a mãe morta. Três baianinhos acabam de chegar em um vôo da Tam. São todos animais silvestres, atendidos no Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos da Ufrgs (Ceclimar), em Imbé. O leão marinho, que recebeu até atendimento oftalmológico de veterinários da USP, e a lontra órfã são hóspedes permanentes do Ceclimar. Os três pingüins vindos da Bahia recebem tratamento por alguns meses, até estarem reabilitados para voltar ao mar. O órgão, vinculado ao Instituto de Biociências, há 25 anos une pesquisa e extensão, traduzidas em proteção ambiental e conscientização da comunidade.

Desde 2004, com um grupo de alunos e professores chamado Ceclivet, o Ceclimar conta com o apoio da Faculdade de Veterinária, através do Departamento de Medicina Animal e do Hospital de Clínicas Veterinárias, visando a recuperação completa desses animais e posterior reintrodução à vida livre. "Ficamos responsáveis pela assistência a esses animais silvestres. Os estágios no Ceclimar são vantajosos para a reabilitação das espécies e para os alunos que estão aprendendo. É importante ressaltar que esta é uma ação conjunta registrada na Pró-Reitoria de Extensão, o que nos permite ter bolsistas trabalhando no Centro de Reabilitação", relata o professor coordenador do Ceclivet e vice-diretor do Hospital de Clínicas Veterinárias, Marcelo Meller Alievi.

A história de "Gordo", o leão-marinho, ajuda a entender o trabalho do Centro de Reabilitação de Animais Marinhos (Ceram), que funciona dentro do Ceclimar. O animal foi recolhido ainda jovem pela Patrulha Ambiental de Tramandaí há três anos, após várias tentativas de reintroduzi-lo ao ambiente marinho. Na última tentativa, "Gordo" ficou 30 dias no mar até retornar ferido e sem a anilha de identificação. Com sérios problemas de visão e sem condições de ser reintroduzido no ambiente natural, passou a ser um hóspede permanente do Ceram. As instalações tiveram que ser ampliadas para receber o pesado hóspede. Em janeiro de 2005, um amplo recinto foi construído para abrigar o leão-

marinho que, apesar do nome, enfrenta uma dieta alimentar controlada que permite apenas oito quilos de peixes por dia. "É necessário as pessoas saberem que nem todo animal que vem até a beira da praia está doente", ressalva José Pedro Rocha, aluno do curso de Veterinária e bolsista do Ceram. A preocupação de Rocha explica-se no fato de que veranistas costumam chamar a Patrulha Ambiental para recolher animais que não devem ser retirados de seu ambiente. "O leão-marinho é um animal que vem até a beira da praia para descanso. Pode ficar alguns dias perto da costa, o que não significa que ele esteja doente ou em perigo. O importante é a confiança no trabalho do Ceclimar", explica Rocha.

Com os pingüins, a história é outra. Os três que chegaram em um vôo da companhia aérea Tam foram recolhidos pelo Ibama e enviados até o Rio Grande do Sul, prova de que o Ceram se tornou um centro de referência em reabilitação de animais para o resto do País. "Temos poucos animais no mini-zôo porque nosso objetivo é sempre a reabilitação", afirma Ivone Fausto, bióloga responsável pelo Centro. Segundo ela, os pingüins geralmente são trazidos pela Patrulha Ambiental ou encaminhados através do Ibama e costumam chegar "debilitados, com frio, muitas vezes parasitados e magros". A maior causa de pingüins chegarem à costa gaúcha é o petróleo, a ponto de 90% deles estarem petrolizados quando são recolhidos. "Isso permite que a água penetre no



OUTRAS ATIVIDADES

A Ufrgs ampliou suas ações em ensino, extensão e pesquisa em 2006. Neste ano, inicia o Curso de Ciências Biológicas, ênfases Biologia Marinha e Costeira e Gestão Ambiental Marinha e Costeira sob a coordenação do Instituto de Biociências e em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). O Museu de Ciências Naturais do Ceclimar e o Setor de Educação Ambiental já oferecem à comunidade um programa anual, com novos cursos e atividades na área de educação ambiental. Durante o verão, oficinas e palestras são ministradas em Imbé, como o projeto itinerante "O Museu vai à Praia". Junto ao Ibama, o Ceclimar realiza um intenso trabalho de conscientização com a comunidade local e veranistas. É preciso insistir que levar animais silvestres para casa não é só perigoso e ilegal, é um risco para a vida do próprio animal. As instalações da Universidade na praia recebem ainda a visita de 10 a 12 mil estudantes do Ensino Fundamental e Médio de todo Estado anualmente.

Fotos Clarissa Pont



corpo do animal, deixando os pinguins com frio. É por isso que eles saem da água. São animais naturais da Patagônia, Galápagos, Chile e Equador", explica José Pedro Rocha.

O processo de recuperação é lento e, ao contrário do que muitos pensam, um dos últimos procedimentos é o banho para retirada do petróleo. "A primeira coisa é permitir que o animal descanse. Depois, ocorre a avaliação clínica que analisa sangue, temperatura e

condição nutricional", detalha Rocha. Não é difícil, em uma visita ao Ceram, observar pinguins em fluidoterapia ou alimentados por sonda, isto porque a anemia é muito comum em animais petrolizados. "Se a reabilitação ocorrer em 30% dos animais recolhidos, a avaliação do trabalho é boa. Porque nem todos podem ser recuperados, afinal não podemos interferir na seleção natural", afirma Ivone Fausto.

ACONTECE

AVALIAÇÃO

Até 15 de dezembro, alunos da Ufrgs têm a oportunidade de ajudar a melhorar a instituição. Através de um sistema de avaliação totalmente informatizado, disponível na página eletrônica da universidade desde o dia 16 de novembro, o estudante poderá avaliar seus professores, as disciplinas realizadas, sua própria atuação e a infraestrutura de seu curso, além de apresentar sugestões. Para isso basta acessar o "Portal do Aluno" no www.ufrgs.br. A adoção dessa sistemática foi aprovada em reunião dos chefes de Departamento, Pró-reitoria de Graduação, Secretaria de Avaliação Institucional e Centro de Processamento de Dados.

BOLSA

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e o Sistema de Acervos e Arquivos da Ufrgs estão selecionando bolsista para atividades de organização junto ao arquivo da Faculdade de Ciências Econômicas. O candidato deverá ter disponibilidade de horários no turno da manhã e cursar a partir do terceiro semestre do curso de Arquivologia. Interessados devem contatar a Seção de Arquivo Geral pelos telefones 3316-3064 e 3316-3940.

ESTE ESPAÇO FOI CRIADO PARA MOSTRAR O COTIDIANO NOS CAMPI DA UFRGS E OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS POR PESQUISADORES NA UNIVERSIDADE. ENVIE SUGESTÕES DE TEMAS E QUESTÕES QUE ENVOLVAM A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

SEMINÁRIO

Adufrgs debate a universidade

Ciclo de palestras promovido pela Adufrgs discutiu Reforma Universitária, Carreira e Ações Afirmativas. A falta de autonomia das universidades foi apontada como o aspecto mais grave do projeto que tramita no Congresso Nacional, enquanto a isonomia salarial deve ser a norteadora da mudança na carreira docente. As cotas raciais mais uma vez não escaparam à polêmica. Há quem defenda a inconstitucionalidade da medida, enquanto outros asseguram que esse é o caminho mais curto para reparar os danos deixados pela escravidão e promover mais rapidamente a ascensão das classes populares.

por **Clarissa Pont**
(texto e fotos)

Autonomia, financiamento e definição de Universidade. São três os pontos cruciais da quarta versão do projeto de lei da Reforma Universitária que tramita no Congresso. O tema foi o primeiro a ser esmiuçado no "Ciclo Adufrgs debate a Universidade", que aconteceu nos dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro. De acordo com o presidente da Adufrgs, Eduardo Rolim de Oliveira, um ponto preocupante da Reforma é o que diz respeito à escolha de representantes. "A possibilidade de eleger um reitor no âmbito da comunidade universitária permaneceu até a terceira versão do projeto. Agora, volta a lista tríplice", alerta. Ele ressalta que, no quesito financiamento, as garantias dos aposentados devem ser prioridade.

Outro ponto preocupante é o que diz respeito às diferenciações entre faculdade, centro universitário e universidade. "A problemática da relevância social é para nós, professores da área da política educacional, o critério mais importante pelo qual uma organização do campo da educação tem que ser avaliada", afirmou Maria Beatriz Luce, professora da Faculdade de Educação da Ufrgs e membro do Conselho Nacional de Educação.

Para Maria Beatriz, o Brasil tem "uma educação superior extremamente elitista, com uma oferta muito restrita e extremamente privatizada", o que ela considera questões-chave na criação de uma nova política de ensino. A centralização do sistema de ensino superior e uma "baixa diferenciação programática" – pouca variedade de cursos – foram outros pro-

blemas apontados pela educadora, para quem os cursos possuem sempre uma duração bastante parecida e as mesmas equivalências, o que não atende aos interesses da formação superior.

A determinação de que a liberdade de ensino da iniciativa privada será exercida em razão, e nos limites, da função social da educação superior foi a maneira encontrada, segundo Beatriz, para que seja possível intervir "na hora que a noção de mercado for tão forte a ponto de usar a legitimidade de universidade para montar uma série de outras atividades comerciais". Diplomações inválidas de mestrado e doutorado, como as titulações estrangeiras, cobrar do MEC o fechamento dos cursos de fundo de quintal e as políticas de democratização do acesso e de assistência estudantil foram outros pontos levantados pela palestrante.

Uma profunda análise da tramitação do projeto de lei e das 368 emendas foi feita pela professora Maria Aparecida Castro Livi, da Comissão de Reforma Universitária da Adufrgs. "Não deve mais haver nenhuma ilusão da parte do governo de que, depois desse período de praticamente dois anos de discussão, a Reforma Universitária teria uma tramitação tranquila", analisou. Ela dividiu as emendas em dois grupos: bancada pública e bancada não pública. Segundo a professora, mais de 200 emendas são oriundas da segunda, o que revela um setor privado organizado e praticante de *lobby* no governo.

Na avaliação de Cláudio Scherer, vice-presidente da Adufrgs, a falta de au-

tonomia da universidade é um dos pontos mais graves da Reforma. "Isso enterra uma boa gestão universitária. Está na Constituição que a universidade tem autonomia científica e pedagógica para formar o seu currículo e os seus cursos. E teria autonomia administrativa, de gestão financeira e patrimonial", defendeu. O projeto em questão garante às instituições públicas de ensino personalidade jurídica própria – deixariam de ser autarquias, o que pode ser um passo a frente na autonomia universitária. "O problema é uma modificação no que diz respeito à gerência de recursos financeiros e patrimoniais que ocorreu a partir da segunda versão do projeto. A autonomia da gestão financeira é apenas para recursos próprios recebidos em doação. Ou seja, ficam de fora os recursos da União, que representam a principal fatia do orçamento", concluiu Scherer.

Isonomia e projeto de País: indicativos fundamentais da carreira docente

O fim das diferenças de salário e de carreira foi a principal tônica da discussão no segundo dia do Ciclo Adufrgs Debate a Universidade, onde ficou claro que todos concordam com a necessidade de se pensar em uma carreira que gere isonomia salarial definitiva. A Adufrgs avalia desde 2003 estas questões, através do Grupo de Trabalho (GT) Carreira, e as negociações com o MEC já duram vários meses.

Segundo o presidente da Adufrgs,

Eduardo Rolim de Oliveira, antes se discutia muito a criação de uma nova carreira, que fosse capaz de atender às demandas docentes. Mas com a aprovação da emenda da Reforma da Previdência, que prevê a adaptação às novas regras para todo servidor público que mudar de carreira, a discussão mudou de rumo. Por isso, fala-se em modificações e não em uma nova carreira docente.

Para Rolim, que representa o Proifes no GT Carreira do MEC, há vários motivos para que se modifique a carreira atual. Entre eles a unificação dos dois planos que existem, a adaptação às novas realidades das universidades e o ingresso quase exclusivo de doutores. O principal motivo, contudo, é a busca da isonomia salarial, completamente destruída.

O plano atual é de 1987, ou seja, completa 20 anos em 2007 somando penduricalhos no salário que só aumentaram as diferenças. Segundo Eduardo Rolim, várias reformas de governos, principalmente a administrativa do FHC, trouxeram emendas que acabaram com pontos importantes, como o Estatuto do Servidor Público. Vantagens foram extintas e os diversos planos econômicos também resultaram em prejuízos. "Mas carreira é progressão, é estímulo, não apenas salário", concluiu.

E a progressão na nova carreira, como deve acontecer? Para o presidente da Adufrgs, a questão do notório saber é importante, precisa ser regularizada; o cargo de professor titular pode ser atingido através da progressão, dispensando o concurso público; e a universidade deveria ter autonomia para decidir sobre isso. "Existem dois tipos de carreira: a dos professores dos ensinos fundamental e médio e a dos professores do ensino superior. Pertencemos todos à mesma instituição, somos pagos pela mesma fonte, participamos da mesma associação, mas somos pagos de maneiras diferentes e temos carreiras diferentes", observa o professor.

A unificação das duas carreiras foi o tema levantado por João Vicente Silva Souza, professor do Colégio de Aplicação da Ufrgs. "Ocorreu um distanciamento muito grande em relação à diferença salarial entre as duas carreiras. Ao mesmo tempo, uma aproximação muito grande das funções acadêmicas destes professores. Há uma tendência forte das entidades de ensino a se adequarem ao Estatuto da Universidade". Ele vê as negociações com o

MEC em separado como outro problema. Afinal, os professores de ensino médio participam da mesma representação sindical, inclusive contribuindo financeiramente e participando politicamente.

Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira, da Escola Técnica da Ufrgs, tratou do valor simbólico da titulação e da progressão. "Carreira significa um caminho a ser trilhado. Aqui, e em todas universidades, acaba sendo uma corrida onde só alguns podem chegar na reta final", teorizou. Ele traçou um interessante paralelo entre plano de carreira e plano de nação, avaliando que o professor e o mundo de hoje não são os mesmos de 20 anos atrás. "Que projeto de País queremos agora?", indagou. Para Vieira, esse deve ser o indicativo a ser seguido para pensar as modificações no plano de carreira.

As polêmicas cotas raciais

Em 2000, dos estudantes que cursavam o ensino superior, apenas 8,3% eram negros ou pardos. No mesmo ano, 14,3% da população negra ou parda havia completado o ensino superior e os doutores afrodescendentes somavam 2%. O polêmico debate sobre cotas raciais no ensino público superior fechou o "Ciclo Adufrgs Debate a Universidade".

A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) é uma instituição pública com 23 anos de existência, mantida pelo governo do estado, está em 24 municípios estruturada em um sistema multicampi, "e já nasceu com política de ações afirmativas", informa Rafael Rodrigues Vieira Filho, professor da Uneb. A democratização do ensino superior na Uneb engloba vários programas, como a formação de professores no interior da Bahia, para levar a educação superior até o interior do estado, e iniciativas específicas para a manutenção dos alunos cotistas.

Embora a Uneb seja pioneira na implantação de ações afirmativas, só em 2001 o tema cotas raciais entrou na pauta de discussões, a partir de um encontro de estudantes. "Eles recomendaram 50% de vagas para afrodescendentes e estudantes de escolas públicas no vestibular. A reivindicação foi apoiada pela professora Ivete Sacramento, naquele momento participando de debates para a reeleição como reitora. Ela fixou isso como uma meta", relembrou Vieira Filho. "Sem as cotas, estaríamos perdendo talentos. E isso faz mal

tanto para a universidade, quanto para os alunos que deixam de entrar no ensino superior", concluiu. Para o professor da Uneb, vários outros percentuais o levam a defender as cotas raciais: "71% da população extremamente pobre é composta por negros, 73% dos analfabetos são negros e 71% dos jovens que não trabalham nem estudam são negros", enumerou.

"As cotas raciais são inconstitucionais", afirmou Jair Ferreira, coordenador do Programa Aids do Hospital de Clínicas e professor de Epidemiologia da Ufrgs. Ferreira levantou o óbvio para iniciar sua análise sobre o ingresso nas universidades: "Há menos vagas no ensino superior que no ensino médio e básico". Na opinião do professor, as cotas raciais, por serem uma discriminação positiva não seriam inconstitucionais. "Eu me contraponho a isso, perguntando se existe discriminação que seja positiva para um grupo sem ser negativa para outro". Em resposta a própria questão, utilizou um exemplo real de um concurso público para médicos da Prefeitura de Porto Alegre em 2004, em que haviam 20 vagas, duas delas reservadas para negros e pardos. "As duas últimas pessoas que realizaram o concurso, passaram e não foram nomeadas porque eram brancas. Sofreram uma discriminação pela cor da pele", elaborou. Contudo, o professor avaliou que as cotas sociais são discutíveis. "Cotas para alunos egressos de escolas públicas são uma reserva de vagas que não é inconstitucional", concluiu.

Para o professor do Departamento de Informática Aplicada da Ufrgs, Daltro José Nunes, o problema está no fato do ensino superior não ser universalizado. "Se existissem vagas para todos, não precisaríamos de ações afirmativas, mas sim de incentivos para que o aluno permanecesse na universidade", defendeu. Daltro criticou o vestibular, afirmando que a quantidade de conhecimento que o concurso mede pode não ser válida e que o real objetivo do ensino médio deve ser o de preparar um cidadão e não apenas alguém que estará apto a concorrer nas provas. A crítica do professor às cotas leva em consideração que o percentual independe de conhecimento adquirido em relação às demais pessoas. "As cotas são uma maneira de reparar a exploração do trabalho escravo, de fato. Esta exploração deve ser paga, mas nada afirma que deve ser através de cotas na educação superior", ressaltou.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2006	
RUBRICAS / MESES	JUL
ATIVO	3.208.909,93
FINANCEIRO	2.936.671,30
DISPONÍVEL	767.063,00
CAIXA	3.107,19
BANCOS	8.384,63
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	755.571,18
REALIZÁVEL	2.169.608,30
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	2.127.960,55
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.127.960,55
ADIANTAMENTOS	4.607,24
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	4.607,24
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	0,00
OUTROS CRÉDITOS	35.010,15
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	35.010,15
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	2.030,36
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	2.030,36
ATIVO PERMANENTE	272.238,63
IMOBILIZADO	255.485,79
BENS MÓVEIS	142.231,59
BENS IMÓVEIS	258.103,71
BENS E DIREITOS EM FORMAÇÃO	0,00
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(144.849,51)
DIFERIDO	16.752,84
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(11.744,38)
PASSIVO	3.005.610,05
PASSIVO FINANCEIRO	46.529,17
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	18.944,73
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	11.388,75
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,00
CREDORES DIVERSOS	7.555,98
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	26.584,44
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	26.584,44
SALDO PATRIMONIAL	2.960.080,88
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.524.901,35
SUPERAVIT ACUMULADO	435.179,53

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		FOLHA 2
RUBRICAS / MESES	JUL	ACUMULADO
RECEITAS	150.772,42	1.080.501,90
RECEITAS CORRENTES	116.733,42	817.541,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	116.733,42	817.541,40
RECEITAS PATRIMONIAIS	31.982,50	245.323,26
RECEITAS FINANCEIRAS	31.438,14	241.907,54
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	544,36	3.415,72
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	0,00	2.244,01
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	2.244,01
OUTRAS RECEITAS	2.056,50	15.393,23
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	2.056,50	15.393,23
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00
DESPESAS	124.921,36	877.202,02
DESPESAS CORRENTES	124.921,36	877.202,02
DESPESAS COM CUSTEIO	45.620,56	237.172,68
DESPESAS COM PESSOAL	31.978,68	135.190,83
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	5.428,55	33.363,61
DESPESAS DE EXPEDIENTE	1.222,52	8.891,40
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	679,06	4.896,95
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.390,00	16.355,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	735,00	14.724,77
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	2.070,90	14.492,97
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.058,50	8.900,00
ENCARGOS FINANCEIROS	57,35	357,15
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	35.790,99	343.723,64
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	4.476,36	22.193,00
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	25.469,28
DESPESAS COM VIAGENS	5.806,28	81.031,10
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	2.950,00	14.864,50
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	3.776,66	11.833,66
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	18.781,69	165.457,88
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	9.354,22
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	0,00	13.520,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.509,81	296.305,70
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	24.960,29	174.807,81
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	7.234,72	49.253,67
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	11.314,80	72.244,22
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	25.851,06	203.299,88
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	203.299,88	203.299,88

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2006	
RUBRICAS / MESES	AGO
ATIVO	3.233.018,69
FINANCEIRO	2.962.097,51
DISPONÍVEL	773.184,77
CAIXA	4.402,27
BANCOS	4.028,30
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	764.754,20
REALIZÁVEL	2.188.912,74
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	2.153.098,32
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.153.098,32
ADIANTAMENTOS	4.607,24
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	4.607,24
OUTROS CRÉDITOS	29.176,82
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	29.176,82
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	2.030,36
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	2.030,36
ATIVO PERMANENTE	270.921,18
IMOBILIZADO	254.459,76
BENS MÓVEIS	139.617,59
BENS IMÓVEIS	258.103,71
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(143.261,54)
DIFERIDO	16.461,42
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(12.035,80)
PASSIVO	3.003.992,10
PASSIVO FINANCEIRO	43.911,22
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	14.055,22
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	6.415,43
CREDORES DIVERSOS	7.639,79
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	29.856,00
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	29.856,00
SALDO PATRIMONIAL	2.960.080,88
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.524.901,35
SUPERAVIT ACUMULADO	435.179,53

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		FOLHA 2
RUBRICAS / MESES	AGO	ACUMULADO
RECEITAS	166.135,16	1.246.637,06
RECEITAS CORRENTES	129.128,68	946.670,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	129.128,68	946.670,08
RECEITAS PATRIMONIAIS	34.876,98	280.200,24
RECEITAS FINANCEIRAS	34.320,79	276.228,33
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	556,19	3.971,91
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	0,00	2.244,01
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	2.244,01
OUTRAS RECEITAS	2.129,50	17.522,73
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	2.129,50	17.522,73
DESPESAS	140.408,45	1.017.610,47
DESPESAS CORRENTES	139.573,33	1.016.775,35
DESPESAS COM CUSTEIO	35.137,23	272.309,91
DESPESAS COM PESSOAL	21.547,44	156.738,27
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	4.190,75	37.554,36
DESPESAS DE EXPEDIENTE	248,49	9.139,89
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	557,68	5.454,63
SERVIÇOS DE TERCEIROS	3.590,00	19.945,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.338,62	16.063,39
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	2.050,33	16.543,30
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.558,32	10.458,32
ENCARGOS FINANCEIROS	55,60	412,75
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	58.325,83	402.049,47
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	1.267,39	23.460,39
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	25.469,28
DESPESAS COM VIAGENS	8.639,39	89.670,49
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	1.275,00	16.139,50
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	19.254,65	31.088,31
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	27.303,40	192.761,28
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	586,00	9.940,22
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	0,00	13.520,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.110,27	342.415,97
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	27.539,75	202.347,56
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	7.234,72	56.488,39
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	11.335,80	83.580,02
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	835,12	835,12
PERDAS DE CAPITAL COM IMOBILIZADO	835,12	835,12
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	25.726,71	229.026,59
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	229.026,59	229.026,59

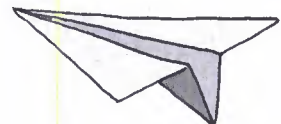
EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418

Pequenas Trapaças

por Thomaz Wood Jr.

Colunista da revista Carta Capital.
Esse artigo foi publicado na edição nº 415,
de 18 de outubro de 2006.



Pesquisador revela que os estudantes dos MBAs dos EUA são os campeões das falcatruas escolares. Enquanto isso, em Pindorama...

A notícia correu pela imprensa de negócios anglo-saxônica e aportou nas páginas locais do jornal Valor Econômico. "Estudantes de MBA são os maiores trapaceiros", bradava a manchete importada do Financial Times. A matéria foi baseada em estudo conduzido por Donald McCabe, um professor da Rutgers University. Há anos fascinado pela questão da ética nos negócios (coisa que os mais cínicos duvidam que exista), ele realizou uma pesquisa junto a 5.300 estudantes de pós-graduação de 54 instituições de ensino superior nos Estados Unidos e Canadá, incluindo mais de 600 alunos de escolas de negócios. Foco central: as pequenas trapaças que movimentam o cotidiano escolar – plágio, compra de trabalhos, cola e outros ardis. Resultado: os "vencedores" foram os estudantes dos MBAs – 56% deles admitiram trapacear. Mas eles não ficaram sozinhos no pódio. Logo abaixo vieram os estudantes de Engenharia (54%) e os de Ciências (50%). Os mais honestos, segundo a mesma pesquisa, são os cientistas sociais (39%). Para piorar o quadro, suspeita-se que os números reais sejam maiores e provavelmente ainda mais críticos em cursos de graduação. Questão óbvia: serão as pequenas trapaças ensaios para a "flexibilidade moral" que movimentam grandes negociatas? Talvez.

McCabe declarou-se surpreso não somente com os altos índices encontrados, mas também com a candura com que os estudantes admitiram seus feitos. O pesquisador acredita que a maior razão para um estudante trapacear é a percepção de

que seus colegas são desonestos. Em um ambiente hipercompetitivo, característico das instituições de ensino superior norte-americanas, no qual o desempenho acadêmico pode definir os rumos da carreira, ninguém quer ficar para trás.

Solução à vista? McCabe acredita que as escolas precisam implantar códigos de ética mais rígidos, que balizem os comportamentos. Ocorre que as próprias escolas não são exemplos de candura. Matéria recente do semanário The Economist comenta práticas nada edificantes de algumas das mais renomadas instituições de ensino norte-americanas. De olho no prestígio e em doações, elas atraem celebridades e disputam filhos de bilionários. Sem tais expedientes, insinua o semanário britânico, alunos de nível "C", tais como George W. Bush e John Kerry, não frequentariam as escolas de elite.

Se o manto da meritocracia, traço forte da cultura norte-americana, revela fissuras preocupantes, qual seria a situação na "flexível" Pindorama? Lívia Barbosa, autora do clássico O Jeitinho Brasileiro (Editora Campus), acredita que a "cola" é uma peça estrutural da vida acadêmica brasileira. Entre nós, nem os alunos nem os professores a consideram falta grave. Enquanto nos Estados Unidos os artifícios são usados individualmente, em razão da acirrada competição, aqui a atividade é solidária, prova de coesão e amizade entre os estudantes. Para a antropóloga da Universidade Federal Fluminense, os alunos brasileiros colam e compram trabalhos

prontos (alimentando uma verdadeira indústria paralela) porque é mais "econômico". Estudar, raciocinar os matreiros, rouba tempo precioso de lazer. E, já que não há punição ou sentimento de culpa, a relação custo-benefício torna-se imbatível. Lívia considera que o fato é especialmente preocupante nas universidades e escolas públicas, nas quais os estudantes são custeados pela sociedade, porém, não se dão conta do privilégio e não agem à altura.

As idiossincrasias não param por aí. Muitos profissionais procuram MBAs e similares como quem recorre a uma cirurgia plástica, e se põem a pagar em prestações a "reforma" de seu desprezado diploma de graduação. Fixam-se no certificado como objetivo final e perdem oportunidades de troca de experiências e de aprendizagem. Preferem os atalhos rápidos ao estudo sério.

Entretanto, deve-se reconhecer que os estudantes não são os únicos desviantes. Frequentemente, se estabelece um pacto tripartite de mediocridade: de um lado, entram os alunos, com notória inventividade para ações fraudulentas; de outro, apresenta-se um seleto grupo de mestres, acometidos por moléstias professorais típicas que os levam a cozinhar aulas, enrolar conteúdos ou torturar suas vítimas com demandas incompatíveis; fechando o delirante acordo, comparece a gestão das escolas, que, com assombrosa frequência, tem pouco interesse em contrariar professores ou alunos e exime-se de suas responsabilidades. O resultado é a perpetuação do que se vê nas salas de aula: uns fingem que ensinam, outros fingem que aprendem. Quem paga a conta? Todos nós.

Clarissa Pont

CARREIRA

Orçamento não prevê recursos para implantação



Objeto de discussão há vários meses, a reforma na carreira docente pode esbarrar na falta de verbas. O alerta é do presidente do Fórum de Professores das Ifes (Proifes), Gil Vicente Reis de Figueiredo, que tem participado ativamente do debate e defende uma ampla mobilização da categoria no sentido de garantir recursos não apenas para os reajustes, mas também para a implementação das alterações na carreira.

[Adverso] *O governo havia estabelecido que 2006 seria o ano para debater a carreira docente. Como estão as negociações com relação a esse tema?*

[Gil Vicente Reis de Figueiredo] Nós temos um grupo de trabalho informal, que inicialmente era composto por representantes do MEC, Concefet (Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica) e Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), além do Proifes, Andes e Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional). Em um certo ponto, Concefet e Andifes se retiraram por considerarem que a carreira do ensino superior deveria ser discutida em separado, mas o grupo seguiu com as discussões.

A proposta do Proifes, aprovada no 2º Encontro, está alicerçada em três eixos: isonomia salarial, valorização do mérito acadêmico e compensação por tempo de serviço. Propomos o fim das disparidades em decorrência de ganhos judiciais, e uniformidade dos salários em todo o Brasil. Queremos que os professores que se esforçam na produção intelectual sejam valorizados pelo que fazem, porque o País precisa disso. Não olhamos a questão apenas do ponto de

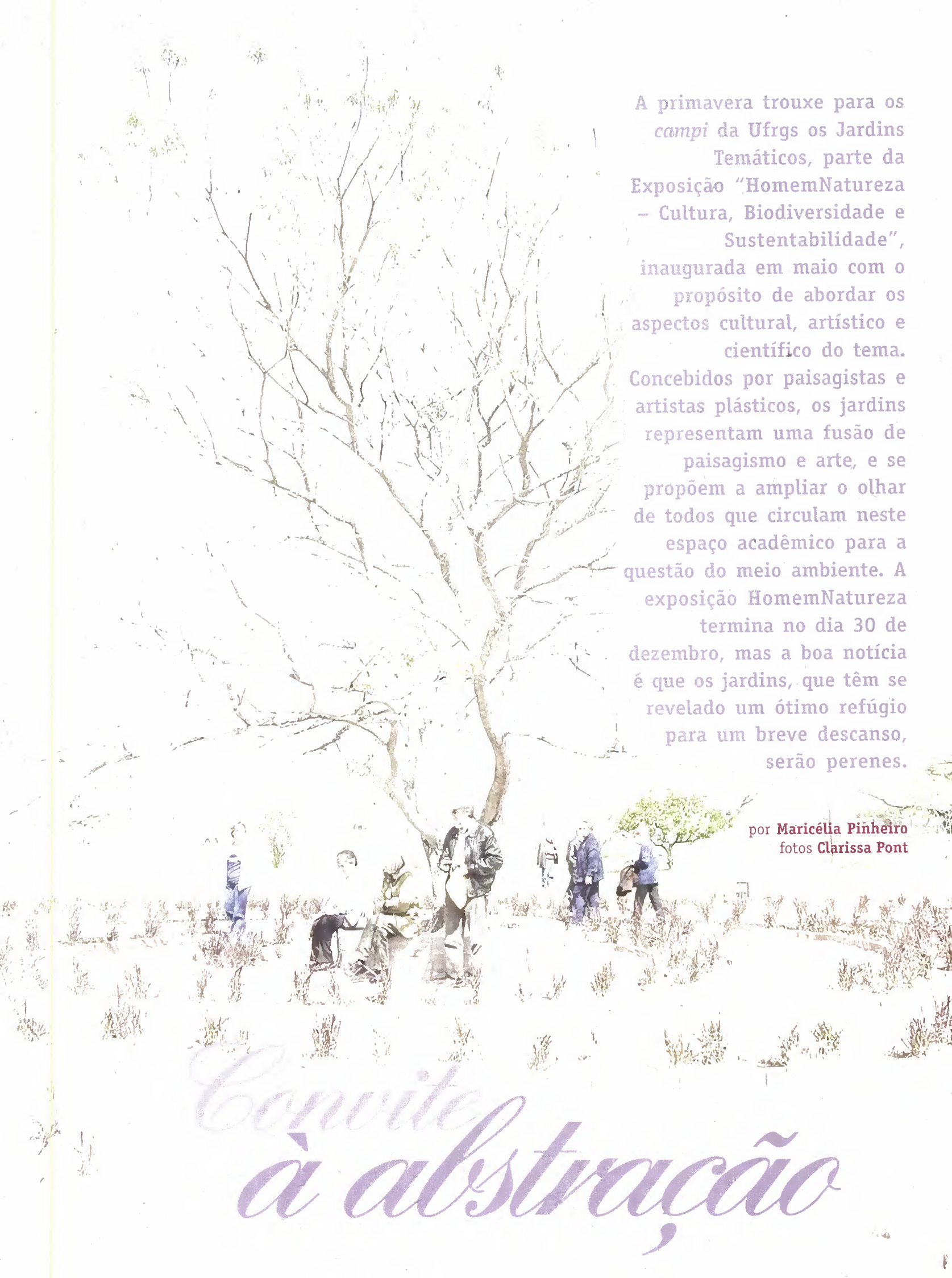
vista corporativo, estamos pensando em uma nova universidade, um novo ensino superior. Dentro dessa perspectiva, o País precisa da produção de conhecimento, para que a gente avance tecnologicamente e socialmente. Mas para isso acontecer, precisa haver uma compensação. Por último, nós propomos que os professores com mais tempo de serviço e mais experiência sejam recompensados. Hoje a situação é complicada porque os mais antigos recebem anuênios (benefício suspenso há alguns anos) e os mais novos não. Isso é injusto. O Proifes tem uma proposta muito bem detalhada, inclusive com sugestões de níveis salariais. Mas temos um grande problema: para o orçamento de 2007 não há previsão de aporte orçamentário suficiente para implementar as modificações propostas. Isso nos preocupa muito e estamos nos mobilizando junto ao Governo e ao Congresso Nacional para que no ano que vem tenhamos não só recursos para o reajuste de todo o funcionalismo público, mas também para pôr esse projeto em prática.

[Adverso] *Com a criação da classe de professor associado, um número significativo de aposentados perdeu vantagens previstas no artigo 192 do RJU. O que tem sido feito para reverter essa perda?*

[Gil Vicente] Conversamos com a coordenadora geral de Gestão de Pessoas do MEC, Maria do Socorro Gomes e verificamos que este Ministério não teria autonomia para resolver o problema. Ela considerou que seria mais adequado que houvesse uma solução no âmbito político, ficou de conversar com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e nos dará uma posição o mais breve possível.

[Adverso] *Quais os principais temas debatidos no último encontro do Proifes?*

[Gil Vicente] Carreira e Reforma Universitária. Na questão da Carreira, existe uma discussão de como é que deveria ser a progressão. Há quem pondere que o professor deverá ter, necessariamente, um título para progredir. Outros defendem a possibilidade de análise de casos excepcionais, como o de pessoas com notório saber. Sobre a Reforma Universitária, há posições bastante consolidadas, como as que dizem respeito ao financiamento, à unicidade das instituições universitárias, à valorização dos professores e à titulação. Temos um conjunto de ponderações que vem sendo aperfeiçoado ao longo do tempo. Muito especialmente na área orçamentária, porque não adianta querermos uma universidade de qualidade e não haver recursos suficientes para isso.



A primavera trouxe para os *campi* da Ufrgs os Jardins Temáticos, parte da Exposição "HomemNatureza – Cultura, Biodiversidade e Sustentabilidade", inaugurada em maio com o propósito de abordar os aspectos cultural, artístico e científico do tema. Concebidos por paisagistas e artistas plásticos, os jardins representam uma fusão de paisagismo e arte, e se propõem a ampliar o olhar de todos que circulam neste espaço acadêmico para a questão do meio ambiente. A exposição HomemNatureza termina no dia 30 de dezembro, mas a boa notícia é que os jardins, que têm se revelado um ótimo refúgio para um breve descanso, serão perenes.

por **Maricélia Pinheiro**
fotos **Clarissa Pont**

Convite
à abstração



Jardim Labirinto

[Campus da Esef]

Jardim da Cura

[Campus Central]

Jardim Histórico

[Campus do Vale]

Jardim da Fertilidade

[Campus da Agronomia]

Passeio pela História

Perca-se no labirinto...

Bem no meio de um enorme descampado, encontra-se um labirinto circular, com 23,5 metros de diâmetro, ladeado por gramíneas nativas do Rio Grande do Sul. No centro, uma árvore sombreia o anel que a circula e serve de banco, onde é possível sentar para ler ou simplesmente para ouvir o canto dos pássaros que voam e pousam por ali. O Jardim Labirinto, projetado pelo artista plástico Mauro Fuke e implantado no Campus Olímpico (Escola Superior de Educação Física – Esef/Ufrgs), propõe ao visitante uma releitura do que venha a ser um labirinto. Visto de longe, quando se pode distinguir claramente o seu formato, prende a atenção até dos que não costumam fazer pausas durante o trabalho.

Renascentista, Romântico Inglês ou Naturalista? Um pouco de cada um. A mistura dos estilos de jardim consolidados ao longo dos séculos é a marca registrada do Jardim Histórico, implantado no Campus do Vale, em plena Praça de Serviços.

Segundo especialistas, os estilos registrados no decorrer da História podem ser considerados expressões nas relações do homem com a natureza em determinados momentos históricos e contextos culturais.

Uma análise da evolução destes estilos permite visualizar uma alternância entre traçados predominantemente geométricos – jardim Renascentista – e traçados irregulares, como os do jardim Romântico Inglês e, mais recentemente, do jardim Naturalista, que procura imitar as formas da natureza. O Jardim Histórico pretende justamente abordar estas diferentes tendências da evolução de desenhos de jardins, através de um diálogo com a obra do artista plástico Rogério Pessoa.



Curvas que acalmam

De repente, o ruído dos carros e do passa-passa de gente dá lugar a um suave e melódico estalar. São pequenas peças de cerâmica, em forma cilíndrica, espalhadas na trilha tortuosa coberta de pedras. Uma mistura de cheiros confunde o olfato. Seria alecrim, capim-cidrô, lavanda ou manjerição? Um breve olhar de baixo para cima, permite enxergar o infinito através de enormes cilindros e da majestosa copa das árvores. Estamos caminhando pelo Jardim da Cura, localizado em pleno Campus Central da Ufrgs, ao lado do prédio da Faculdade de Educação.

Outras espécies medicinais se somam às já citadas. Plantadas em canteiros que contornam a trilha, elas podem ser apreciadas ao longo do breve passeio pelo Jardim da Cura, que ocupa uma área aproximada de 108 metros quadrados e tem forma de espiral. Peças de cerâmica em formato cilíndrico, confeccionadas pela artista plástica Tânia Resmini e sobrepostas verticalmente, compõem colunas de variados tamanhos, estas dispostas lado a lado no centro do jardim.

A idéia e a concepção do Jardim da Cura têm base no movimento Healing Gardens, que se preocupa com a investigação do *design* de jardins voltados à recuperação e manutenção da saúde. Desde a Antiguidade, diferentes culturas têm associado o contato com esses espaços a resultados benéficos para a saúde e o bem-estar.

Onde as idéias afloram

Pedras arredondadas lembram ovos no ninho. Visto de cima, o Jardim da Fertilidade, montado na Faculdade de Agronomia, lembra um espermatozóide. Dos quatro, é o que mais possui elementos, que nos remetem para diferentes analogias como a criação, as idéias, a vida, a abundância e a reprodução. Uma trilha, ladeada por flores e colunas de tijolos onde repousam esculturas, leva a um círculo, rodeado por canteiros e bancos. O local, sem dúvida, desperta a curiosidade até dos mais desinteressados e convida a uma análise do tema, correlacionando-o com os elementos ali dispostos. Para esta proposta foi constituída uma equipe do Instituto de Artes da Ufrgs, formada por professores e alunos, sob a coordenação do artista plástico e professor Rodrigo Nuñez.

FOTOGRAFIA

"Fotografar é pôr na mesma linha a mente, os olhos e o coração"

www.magnumphotos.com



A frase do fotógrafo Henri Cartier Bresson resume em poucas palavras o espírito da Magnum. O site da agência fotográfica é um grande livro de História, contada através de imagens. Isso porque a Magnum, que funciona em regime de cooperativa, é responsável por várias das grandes fotografias que o mundo viu desde a década de 40. Na internet, é possível acessar o portfólio de cada um dos fotógrafos, além de repassar página por página o livro Magnum Stories, compilação de trabalhos da agência.

Por volta da década de 40, as agências de notícias já eram responsáveis pela maior fatia das fotos distribuídas para a imprensa. Esse período é marcado por uma crescente massificação e industrialização da produção jornalística, tanto no que diz respeito ao texto quanto à fotografia. Na contracorrente da maioria das agências fotográficas que existiam até então, a Magnum Photos é fundada em 1947. Surge uma geração de fotógrafos que, munidos de Leicas e coragem, atravessaram guerras, registraram a vida do cidadão comum e de grandes figuras, além de militarem politicamente e construírem uma nova forma de pensar o fotojornalismo.

A noção idealista da Magnum era sonhada des-

de os anos 30, baseada no antifascismo francês e nos movimentos comunistas e socialistas pelos direitos trabalhistas. Os fundadores da agência Robert Capa, Henri Cartier-Bresson e David Seymour já trabalhavam para publicações da esquerda francesa nesta época. Foi a Segunda Guerra que colocou sob uma dura prova todas as esferas da cultura e do pensamento. O conflito modificou em definitivo todos os aspectos da vida social, a cultura e a intelectualidade dos países implicados com o conflito. Na filosofia, Jean Paul Sartre, apesar de seus primeiros trabalhos datarem de antes do término da II Grande Guerra, é fruto deste mesmo período. A arte abstrata se expressa das maneiras mais heterogêneas, do surrealismo ao expressionismo. Na fotografia, a visão política dos anos que antecederam a guerra amadurece até chegar a uma determinação de liberdade inédita.

No início da década de 70, a Magnum já era considerada uma das maiores agências especializadas, tendo quase um milhão de negativos em arquivo. Atualmente a agência é formada por 40 sócios, quatro candidatos associados, dois nomeados, dez colaboradores e quatro correspondentes. A agência tem escritórios em Nova Iorque, Paris, Londres e Tóquio.

Primeira câmera miniatura a vir com telêmetro acoplado à sua objetiva Elmar, a Leica surgiu em 1924. De excelente definição, tinha abertura máxima de 35mm e poder de resolução incomparável.

Fonte: www.clcio.com.br

HIPERLINK

Combate à Biopirataria

www.biopirataria.org

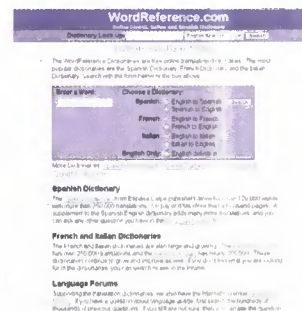
Site da Campanha Contra a Biopirataria, oferece espaço para denúncias e divulga informações sobre assuntos relacionados ao tema. No menu, traz indicações de livros, fatos históricos, documentos na íntegra, perguntas e respostas, links relacionados, entre outros. Tem como meta incentivar a participação e articulação dos parceiros da Campanha com outras instituições e cidadãos interessados em somar esforços na luta contra a mercantilização da vida e da biodiversidade.



Dicionário

www.wordreference.com

Livre acesso a dicionários de espanhol, francês, italiano, português e inglês, com traduções, significados, sinônimos e conjugação verbal. Oferece ainda transcrição fonética em todas as vozes, extenso repertório léxico, termos de disciplinas especializadas, vasta seleção de notas gramaticais e culturais que permitem ampliar o vocabulário e compreender facilmente tanto o significado como o uso correto de palavras e frases complicadas.



HISTÓRIA

Santos-Dumont e a Invenção do Vôo

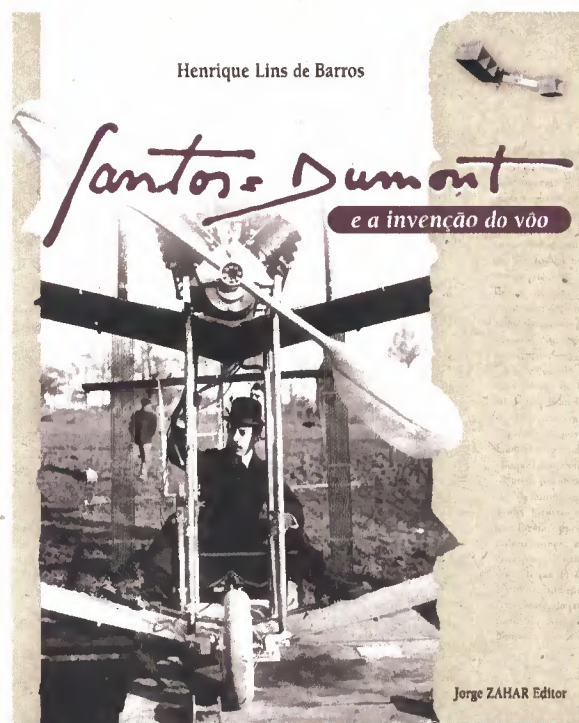
A trajetória daquele que viria a ser conhecido como "O Pai da Aviação" é narrada nesse livro em detalhes, dos primeiros anos do século 20 à sua trágica morte, em 1932. Por meio de comentários do próprio inventor e de pessoas que conviveram com ele, Henrique Lins de Barros revela o lado humano de Santos Dumont, com suas angústias e contradições. Ao mesmo tempo, mostra como a preocupação do inventor em divulgar seus projetos deu impulso ao surgimento da aviação.

No texto de apresentação, o autor lembra que "a história da invenção do vôo humano, entretanto, ainda estar por ser escrita. Nela um grande número de criadores estará presente, e a influência de cada um deles sobre os demais será sem dúvida o ponto central, pois o vôo não foi inventado por uma única pessoa. Tornou-se possível graças a um esforço de mais de um sé-

culo de estudos e de invenções que foram, passo a passo, salto a salto, vôo a vôo, fornecendo os elementos necessários para se entender como construir uma máquina capaz de se manter no ar e cujo percurso pudesse ser controlado pelo piloto".

No ano do centenário do primeiro vôo, "Santos-Dumont e a invenção do vôo" recria o contexto de acontecimentos e idéias no qual as máquinas de voar adquiriram seu pleno significado científico, tecnológico e geopolítico.

O livro inclui o fac-símile de "A conquista do ar", de Santos Dumont (1901); mais de 100 imagens, muitas delas inéditas; tabelas inéditas com a descrição de todos os inventos voadores de Santos Dumont e observações a respeito de seu desempenho; esboços inéditos dos planos de todos os inventos voadores de Santos Dumont.



Henrique Lins de Barros
Jorge Zahar Editor
192 páginas
ilustrado
R\$ 52

LEIA TAMBÉM

Reforma Política no Brasil

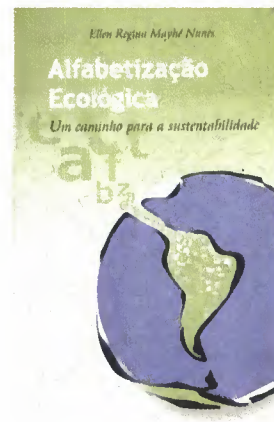
Leonardo Avritzer e Fátima Anastásia
(organizadores)
Editora UFMG
Apoio: Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento (PNUD)
271 páginas
R\$ 40



A obra, que reúne textos de 42 acadêmicos do Brasil e do exterior, discute as formas de participação e o funcionamento do sistema político no Brasil e na América Latina; trata, didaticamente, de temas como financiamento de campanha, voto obrigatório, CPIs e investigação política, entre outros, e coloca em discussão uma questão mais ampla: é ou não necessário mudar o que chamam de presidencialismo de coalizão?

Alfabetização Ecológica – um caminho para a sustentabilidade

Regina Mayhé Nunes
Editora Ecosistêmica
134 páginas
R\$ 30



Em sua segunda edição, este livro de autoria da bióloga, especializada em ecologia, Regina Mayhé Nunes, apresenta a alfabetização ecológica como processo de aprendizagem dos princípios de organização dos ecossistemas que constituem a vida na Terra. Através da alfabetização ecológica é possível entender as múltiplas relações que se estabelecem entre todos os seres e o ambiente onde vivem e como essas relações se configuram na teia que sustenta a vida no planeta.

SANTOS DUMONT

Ousadia que deu asas ao mundo

Dizia Monteiro Lobato, que não temos direito de duvidar de nenhum sonho, ainda que esse pareça loucura, porque “tudo é loucura ou sonho no começo”, até que se torne realidade. Alberto Santos Dumont queria voar. Em criança, se encantava com as pipas e gostava de contemplar o céu. No dia 23 de outubro de 1906, realizou o sonho da Humanidade, ao voar sobre Paris a bordo do 14-Bis. Começava aí uma verdadeira revolução mundial nos meios de transporte. Passados 100 anos, comemora-se a ousadia de um homem que deu asas ao mundo, aproximou os povos, governos e nações.

por Maricélia Pinheiro

Alberto parecia ter nascido com a curiosidade e a determinação próprias de um inventor. Desde pequeno se mostrou interessado pela ciência, em especial a física, e recebeu todo o apoio do pai, Henrique Dumont, que viabilizou financeiramente as aventuras do filho em busca de seus inventos. Dono de imensos cafezais, Henrique disse ao filho, quando o emancipou aos 18 anos, que ele deveria se dedicar à mecânica, da qual dependia o futuro do mundo, sem se preocupar em ganhar a vida. Deixou para Alberto a quantia de 500 mil dólares, o que equivaleria hoje a mais de 5 milhões da mesma moeda.

Em Paris, para onde rumou em busca de aperfeiçoar seus conhecimentos, comprou um Peugeot de 3 HP, experimentou bicicletas e descobriu os balões. Quis inovar e criou o “Brasil”, seu primeiro balão e o único que ganhou nome e não apenas

número. A novidade ficou por conta da leveza, pois o “Brasil” pesava bem menos do que os outros. No entanto, ainda não havia sido resolvido o problema da dirigibilidade. Para Santos Dumont não era possível aceitar o fato do movimento do ar decidir o trajeto do voo. E enquanto se discutia as experiências com planadores, ele se perguntava por que não tentar dirigir o único aparelho que voava naquela época.

Começou então a estudar minuciosamente todas as tentativas anteriores de se dirigir um balão até construir o primeiro dirigível. Depois vieram o segundo, o terceiro e o quarto, cada qual feito com o objetivo de aperfeiçoar o anterior. Com o balão de número 6, Santos Dumont contornou a Torre Eiffel e voltou ao ponto de partida, ganhando o Prêmio Deutsch, instituído pelo milionário Henry Deutsch de la Meurthe. Desapegado das coisas materi-

ais, o inventor distribuiu uma parte do prêmio de 129 mil francos entre pobres e os mecânicos que o ajudaram. A outra foi usada na construção do primeiro hangar do mundo.

E vieram mais balões. Voava quase que diariamente no número 9 e costumava descer com ele até as calçadas das ruas de Paris para tomar café, causando um verdadeiro alvoroço entre as pessoas. Antes de concluir o balão de número 10, Santos Dumont viajou ao Brasil, onde foi homenageado por todos os lugares onde passou. Durante a visita, surgiu a pergunta ecoada por muitas vozes: “Por que não era realizada uma demonstração no Brasil?”. Os argumentos, de que seria impossível realizar vôos sem uma usina de hidrogênio, sem seus mecânicos e a infraestrutura que possuía em Paris, foram aceitos pela população.

Em relação ao futuro da aviação, ele achava que os aviões seriam como automóveis aéreos e cada pessoa teria um para ir ao trabalho.

O 14-Bis



Foi o número 14, considerado um balão de corrida, que carregou o primeiro avião, antes desse alçar vôo por si próprio. Daí o nome 14-Bis, dado ao primeiro aeroplano da História, que tinha 12 metros de envergadura e 10 metros de comprimento, e utilizava, em sua concepção de asas, uma estrutura conhecida como “células de Hargrave” (células do tipo caixa. Leves, forneciam a rigidez e a estabilidade necessárias). O aparelho era formado por uma fuselagem que abrigava uma cesta de vime onde se alojava o piloto em pé. A superfície total das asas era de 80 metros quadrados e o trem de aterrissagem era feito com rodas de bicicleta. Pesava ao todo, incluindo o motor e Santos Dumont, menos de 300 kg.

Em 23 de outubro de 1906, o 14-Bis entrou para a História ao voar uma distância de 60 metros a uma altura aproximada de 3 metros do chão. A façanha rendeu a Santos Dumont o prêmio Archdeacon, instituído pelo milionário Ernst Archdeacon ao primeiro homem no mundo que conseguisse decolar e voar uma distância mínima de 25 metros em um aparelho com tração própria e mais pesado que o ar.

Em 12 de novembro do mesmo ano, o 14-Bis realizou o primeiro vôo completo da história da aviação, ao percorrer 220 metros a uma altura de 6 metros no campo de Bagatelle. Estava concretizado o sonho da humanidade. Menos de um ano depois, em 4 de abril de 1907, após realizar um curto vôo de pouco mais de 50 metros, o 14-Bis caiu e despedaçou-se.

Outros inventos

Os inventos de Santos Dumont não se limitaram ao ar. É verdade que foi por causa dos vôos que ele pensou em um relógio que pudesse ficar preso ao pulso, evitando assim tirar as mãos dos comandos para cronometrar o tempo. Surgiu daí o primeiro relógio de pulso masculino, batizado de Santôs. Era quadrado, com os números romanos e ponteiro de segundos, bem diferente do padrão da época, e tinha pulseira de couro.

Além da aviação, Santos Dumont se dedicou à criação de soluções práticas para o dia-a-dia como o uso de rodas em portas (porta de correr) e a regulação quente e frio do chuveiro.

A chamada escada de meios-degraus, que força quem sobe a começar com o pé direito, também está na lista de invenções do Pai da Aviação, que nunca patenteou seus inventos por entender que estes pertenciam à humanidade.

Sempre fez questão de testar os seus inventos, pois temia arriscar a vida dos outros. Sofreu alguns acidentes e quase perdeu a vida, como na queda do balão no Hotel Trocadero, em que ficou pendurado nas paredes e foi salvo pelos bombeiros.



A guerra, a depressão e a morte

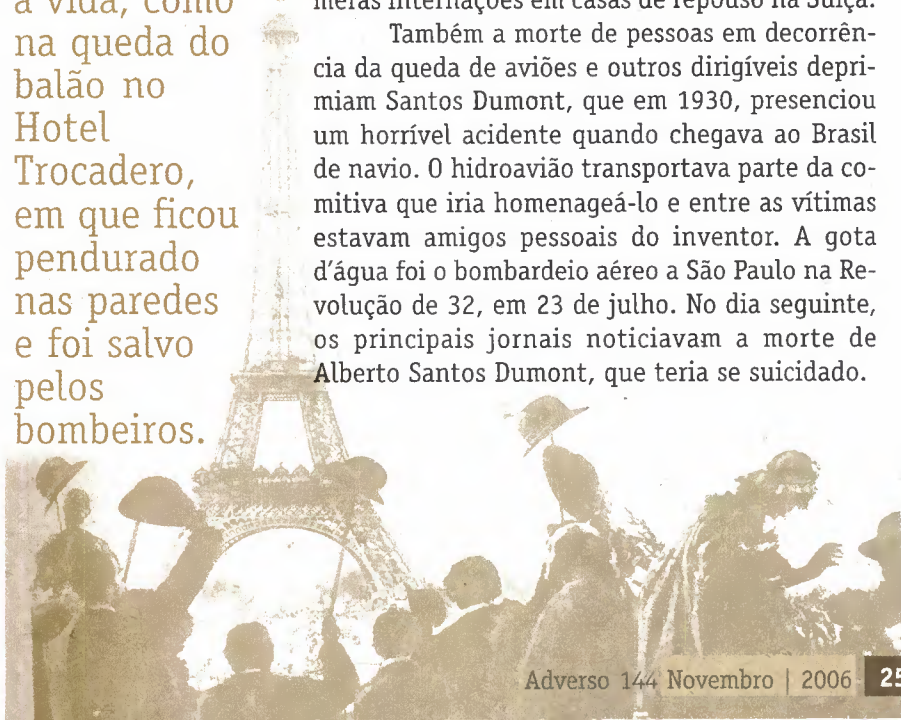
O uso do avião durante a 1ª Guerra Mundial desgostou o inventor, que em 1926 chegou a enviar uma carta ao então representante do Brasil na Liga das Nações (entidade que precedeu a ONU), embaixador Afrânio de Melo Franco, clamando pela interdição das máquinas aéreas como armas de guerra. Nessa época, já lutava contra a depressão, que o havia levado a inúmeras internações em casas de repouso na Suíça.

Também a morte de pessoas em decorrência da queda de aviões e outros dirigíveis deprimiam Santos Dumont, que em 1930, presenciou um horrível acidente quando chegava ao Brasil de navio. O hidroavião transportava parte da comitiva que iria homenageá-lo e entre as vítimas estavam amigos pessoais do inventor. A gota d'água foi o bombardeio aéreo a São Paulo na Revolução de 32, em 23 de julho. No dia seguinte, os principais jornais noticiavam a morte de Alberto Santos Dumont, que teria se suicidado.

Alberto Santos Dumont tinha 1,52 metro de altura e pesava 50 quilos. Tinha hábitos moderados de alimentação o que lhe permitia total controle sobre o peso.

Costumava dizer que um aeronauta não podia ser muito pesado.

Foi reconhecido pela comunidade aeronáutica em 1973, quando seu nome foi conferido a uma cratera da Lua.



Videogames podem redefinir a educação

A Federação de Cientistas Americanos, que geralmente lida com questões como armas nucleares e segredos de Estado, declara que os videogames podem redefinir o processo educacional. Os estudiosos acreditam que os jogos ensinam perícias valiosas no mercado de trabalho como pensamento analítico, senso de equipe, capacidade de resolver vários problemas ao mesmo tempo e de raciocinar sob pressão. Mas, segundo o presidente da federação, Henry Kelly, para funcionar de forma educacional, os jogos teriam de ser criados e avaliados de modo específico, o que implica na necessidade de estudos sobre quais características dos games são mais importantes para o aprendizado

TELMO

e como avaliar os estudantes para descobrir o que eles aprenderam jogando. O grupo de cientistas reivindica junto ao governo dos Estados Unidos o financiamento das pesquisas nesse campo. "Este é um investimento que a indústria privada não tem como assumir", argumenta Kelly, que foi conselheiro de Ciência e Tecnologia da Casa Branca, durante o governo Clinton.

Governo é condenado a indenizar cidadão preso ilegalmente

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou, em última instância, o governo a indenizar em R\$ 2 milhões Marcos Mariano da Silva. Ele foi mantido preso ilegalmente por mais de 13 anos no presídio Aníbal Bruno, em Recife (PE). De acordo com nota do STJ, na ata do julgamento o caso foi considerado o mais grave atentado à violação humana já visto na sociedade brasileira. Marcos Mariano da Silva foi preso em 27 de julho de 1985 e conseguiu o *habeas-corpus* em 25 de agosto de 1998.

Segundo o advogado José Afonso Bragança, a inocência dele só começou a ser discutida depois que o policial Roberto Galindo assumiu o presídio Aníbal Bruno e decidiu fazer um mutirão judicial para resolver os casos da penitenciária. De acordo com o advogado, Silva foi preso sem inquérito, sem condenação e sem direito a defesa. No cárcere, ele ficou cego dos dois olhos, por causa de estilhaços de uma bomba durante uma rebelião e foi submetido aos mais diversos tipos de constrangimento moral.

ESQUECEMOS

Recebemos vários pedidos para que fosse divulgado o contato do Hotel Bauen, sobre o qual publicamos reportagem na edição número 143. Hotel Bauen Cooperativa - Av. Callao, 360 Buenos Aires, Argentina. Telefone 00xx 54 11 43739009 - O Hotel aceita reservas por telefone

A idealizadora do programa de rastreamento do câncer de mama em Porto Alegre, divulgado na edição 143, é a mastologista Maira Caleffi, também presidente do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul.

Girafa falante combate analfabetismo na Etiópia

A mais nova estrela da TV etíope é uma girafa falante e curiosa, que capturou a imaginação dos jovens e vem ajudando a preencher a lacuna educacional em um país pobre, onde a maior parte dos adultos não sabe ler e muitas crianças em idade escolar não estão na escola.

Desde sua estréia em setembro, o programa "Tsehai Adora Aprender" da TV estatal etíope tem como foco o meio ambiente, e tenta ensinar o alfabeto local, o amárico, além de outros conceitos fundamentais. Fantoques de meia e gráficos de computador são produzidos pelos dois criadores do programa: uma ex-professora etíope, Brucktawit, e seu marido, o americano Shane Etzenhouser. A Unesco, que contribuiu com 6 mil dólares para a produção dos programas, estima que a girafa chegue a cerca de 1 milhão de etíopes.

ERRATA

A ilustração publicada na página 26 da edição 143 é de autoria da ilustradora Francisca Braga (Chica) e não de Mário Guerreiro (Telmo), como está assinada.

a história

DE QUEM FAZ

"Os realistas nunca vão transformar a realidade porque a aceitam, porque renunciam à possibilidade de tentar mudá-la", disse o ex-diretor da Unesco, Federico Mayor Zaragoza. Foi em 2005, durante o 5º Fórum Social Mundial. O painel "Quixote Hoje; Utopia e Política" comparou o idealismo do famoso personagem criado pelo escritor espanhol Miguel de Cervantes à luta daqueles que sonham com um mundo melhor. Uma das maiores lotações do

auditório Araújo Viana compareceu para assistir um grupo de notáveis: o escritor português José Saramago, o escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano, o intelectual francês Ignacio Ramonet, e o ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República. Em tempos de intenso debate sobre os rumos da mídia, o cartaz pergunta: Você conhece o Brasil de Fato? Jornal de imprensa alternativa lançado durante o Fórum.

FOTO CLARISSA PONT





ADUfrgs

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS